

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE GOIÁS – CRP-09

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

NOTA ORIENTATIVA

Assunto: Orientações sobre assinatura e protocolo de documentos psicológicos

A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA do Conselho Regional de Psicologia de Goiás – CRP-09, considerando as dúvidas recorrentes de profissionais quanto aos procedimentos de assinatura, autenticação e entrega de documentos psicológicos, e com fundamento na Resolução CFP nº 06/2019, que orienta sobre a elaboração de documentos escritos produzidos por psicólogos(os/e), vem por meio desta NOTA ORIENTATIVA apresentar as orientações a seguir.

1. Documentos emitidos em meio físico

Nos termos do art. 5º, § 8º da Resolução CFP nº 06/2019,

“Toda e qualquer modalidade de documento deverá ter todas as laudas numeradas, rubricadas da primeira até a penúltima lauda, e a assinatura da(o) psicóloga(o) na última página.”

Os documentos emitidos em formato físico permanecem sujeitos às regras previstas no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nas normativas do Conselho Federal de Psicologia, devendo conter numeração de páginas, rubricas, assinatura manual e identificação completa da(o) profissional.

Tais exigências asseguram a fidedignidade, autenticidade e responsabilidade técnica dos documentos psicológicos.

2. Documentos emitidos em meio digital

Nos casos de documentos elaborados e assinados eletronicamente, o CRP-09, por meio de sua COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, recomenda o seguinte:

- Carimbo: dispensável. Basta constar, no campo de assinatura, o nome completo da(o) profissional e o número de registro no CRP;

- Rubricas: dispensadas em meio digital, permanecendo obrigatórias apenas nos documentos impressos;
- Assinatura digital válida: deve garantir a autenticidade e integridade do documento, podendo ser realizada por meio de:

Certificado digital emitido conforme o padrão ICP-Brasil; ou

Assinatura eletrônica pelo portal gov.br, nos níveis Prata ou Ouro, conforme previsto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e no Decreto nº 10.543/2020, ambos reconhecendo sua validade jurídica.

Esses meios substituem integralmente a assinatura manual, assegurando a validade jurídica e a proteção das informações.

3. Protocolo de entrega

Em conformidade com o art. 16, § 1º da Resolução CFP nº 06/2019, a(o) psicóloga(o) deve manter protocolo de entrega dos documentos emitidos, a fim de comprovar a devolutiva e garantir a rastreabilidade do material.

Assim:

- O(a) usuário(a) ou responsável legal deve assinar o recebimento de cópia idêntica, com registro da data de entrega;
- Nos envios digitais, a confirmação eletrônica de recebimento (por e-mail, plataforma institucional ou outro meio equivalente) pode substituir o protocolo físico;
- O comprovante deve ser arquivado junto ao registro documental do(a) usuário(a);
- Quando não houver possibilidade de coleta de protocolo, a(o) profissional deve registrar no prontuário a tentativa de devolutiva e a justificativa.

4. Recomendações complementares

Nos documentos psicológicos — como atestados, relatórios, pareceres e laudos —, recomenda-se incluir, ao final, a seguinte observação:

“Este documento possui caráter sigiloso e extrajudicial, não podendo ser utilizado para fins diferentes dos informados no item de

identificação. A(o) psicóloga(o) não se responsabiliza pelo uso que venha a ser dado ao presente documento pela pessoa, grupo ou instituição após sua entrega ao beneficiário, responsável legal e/ou solicitante do serviço prestado.”

6. Considerações finais

Os documentos emitidos fisicamente devem observar integralmente as disposições da Resolução CFP nº 06/2019 e do Código de Ética Profissional do Psicólogo, garantindo autenticidade e responsabilidade técnica.

Já os documentos digitais podem ser assinados por certificado ICP-Brasil ou assinatura gov.br (níveis Prata ou Ouro), que possuem validade jurídica plena.

Essas orientações têm como finalidade assegurar a segurança técnica, a confidencialidade e a validade jurídica dos documentos psicológicos, em consonância com as normativas do Sistema Conselhos de Psicologia.

Goiânia, 13 de novembro de 2025.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
Conselho Regional de Psicologia de Goiás – CRP-09.